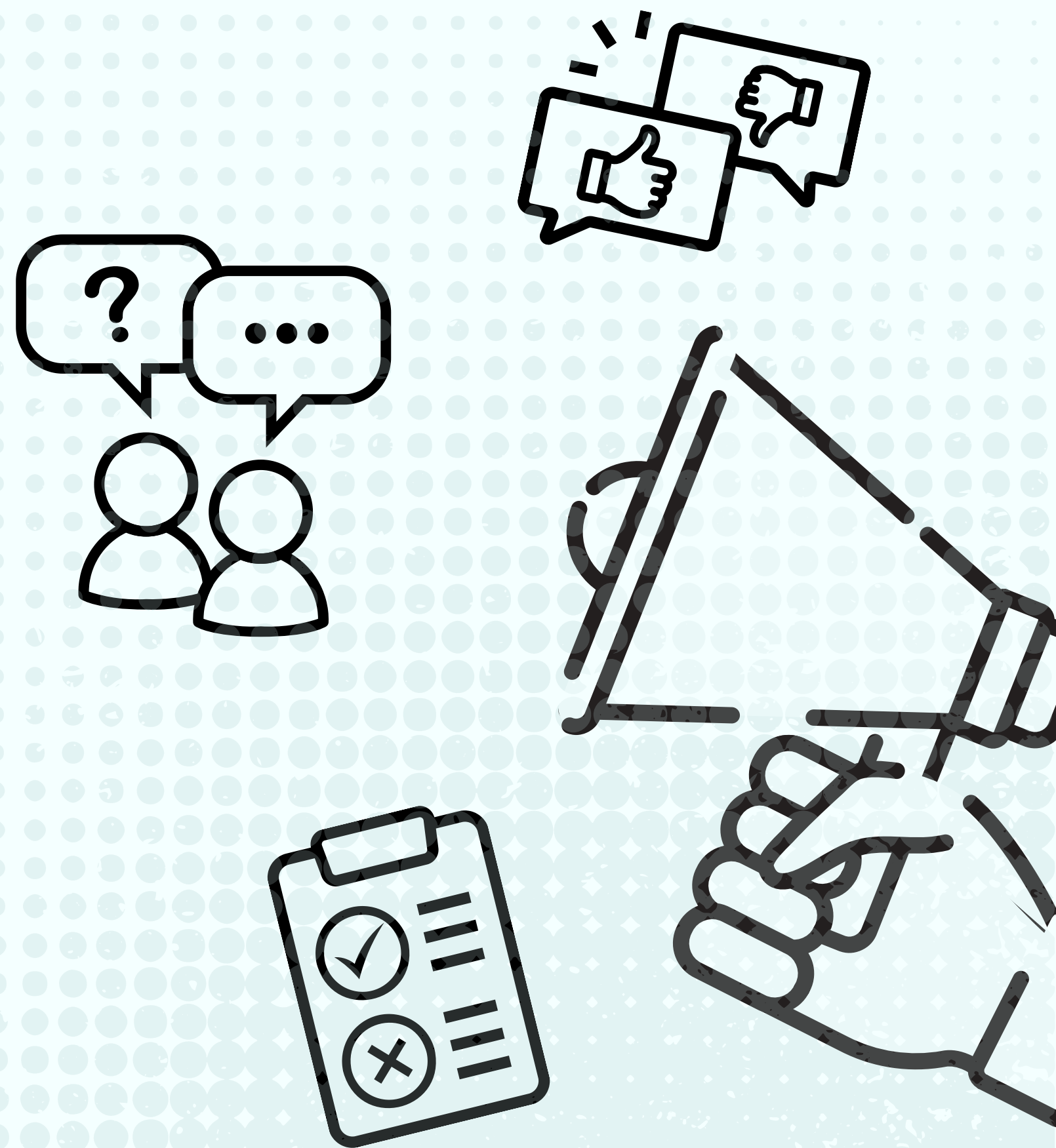


Regulamento Disciplinar Discente

Resolução CODIR nº 75/2025



Deveres

1

Dedicar-se às atividades acadêmicas

2

Participar das atividades acadêmicas

3

Respeitar a instituição

4

Cumprir as normas da instituição



5

Respeitar professores, funcionários e colegas

6

Comunicar irregularidades

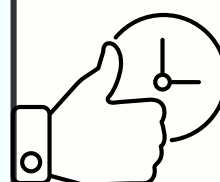
7

Cuidar do espaço, dos equipamentos e dos materiais da instituição

8

Contribuir para uma boa convivência escolar

9



Ser assíduo, pontual e zeloso

10

Comunicar ilegalidades, omissões, atos de abuso de poder ou assédio

11

Acolher os novos alunos sem qualquer tipo de constrangimento

12

Identificar-se sempre que solicitado na instituição

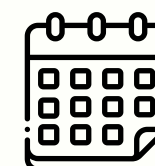
13



Acompanhar as comunicações internas nos canais institucionais

14

Acompanhar o calendário acadêmico



15

Respeitar as normas de cada unidade relativas ao uso de uniforme escolar

Direitos

1

Todos os previstos na Constituição de 1988 e na legislação educacional

2

Todos os previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência

3

Integridade física e moral preservadas, sem exposição indevida

4

Garantia da confidencialidade das informações



5

Vista e posse de suas avaliações, exceto PF

6

Revisão de suas avaliações, dentro do prazo estipulado



7

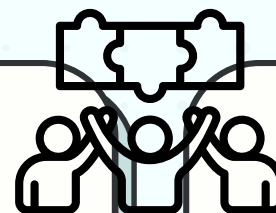
Segunda chamada, como determinado nas normas escolares

8

Solicitações de documentos, isenção, trancamentos, destrancamentos e transferências

9

Associação a entidades estudantis



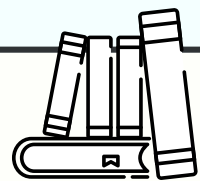
10

Participação em conselhos e colegiados, conforme exposto nos regulamentos

11

Recurso aos Colegiados ou Conselhos

12



Associação à biblioteca
institucional e uso do
acervo

13

Uso dos espaços da
instituição, seguindo suas
normas

14

Apoio educacional para o
desenvolvimento de
estudantes EPTNM

15

Orientação em caso de
dificuldades nas atividades
acadêmicas

16



Participação nas
atividades organizadas
pela instituição

17

Participação em editais
de projetos, de bolsas e
do PAE, de acordo com
as regras

18

Participação nas eleições
para representantes de
turma e órgãos
colegiados da instituição

19

Recuperação de estudos
para alunos EPTNM com
baixo rendimento escolar

20

Regime especial, em caso
de impedimento de
frequência às aulas, de
acordo com as normas

Proibições

- ✘ Entrar, ficar ou sair dos espaços institucionais sem autorização do servidor responsável
- ✘ Agir de forma inconveniente nas dependências da instituição ou em atividades oficiais fora dela
- ✘ Usar celular/eletrônicos, sem permissão e sem fins didáticos, em salas, laboratórios e espaços tutorados (Lei Federal nº 15.100/2025)
- ✘ Xingar, pichar, gesticular ou fazer desenhos pornográficos, desrespeitosos e/ou criminosos e praticar atos obscenos
- ✘ Usar roupas inadequadas, fora das normas
- ✘ Utilizar meios ilícitos para realizar avaliações e outras atividades acadêmicas
- ✘ Fumar nas dependências da instituição (Lei Federal nº 9.294/96 e Lei Estadual nº 5.517/09)
- ✘ Deixar que pessoas não autorizadas entrem na instituição
- ✘ Não respeitar as leis de proteção aos animais

- ✗ Praticar violência física, psicológica, sexual e moral, por meio de palavras, atos ou gestos
- ✗ Praticar *bullying* ou *cyberbullying*
- ✗ Praticar ato sexual nas dependências da instituição ou em missão de representação
- ✗ Utilizar os computadores e o acesso à internet para cometer crimes digitais ou acessar conteúdo inadequado
- ✗ Difundir sons, fotos e/ou gravações institucionais ou de pessoas, sem autorização
- ✗ Aplicar trote sob qualquer pretexto
- ✗ Portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou qualquer substância psicotrópica
- ✗ Participar de atos de vandalismo ou causar danos ao patrimônio público ou a qualquer membro da comunidade escolar
- ✗ Agir de forma violenta, opressiva e intolerante, com incitação ao ódio, ao racismo, à xenofobia e a preconceitos de raça, de cor, de gênero, linguístico, cultural, religioso, de classe social, ou de qualquer outro tipo
- ✗ Vender, distribuir/veicular ou facilitar a entrada de álcool/psicotrópicos e coagir/aliciar colegas a participarem dessas atividades ilícitas
- ✗ Furtar, roubar ou receptar equipamentos/bens da instituição ou de membros da comunidade escolar
- ✗ Introduzir ou portar armas, materiais infamáveis, explosivos ou objetos que possam representar perigo



Assediar sexualmente outros estudantes, servidores ou trabalhadores terceirizados dentro da instituição ou em qualquer atividade escolar



Constitui assédio sexual:

a conduta de conotação sexual praticada no exercício de atividade de ensino, pesquisa ou extensão, ou em razão dele, manifestada fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual.

SANÇÕES

advertência por escrito

suspensão por tempo determinado

- até 10 dias corridos
- faltas são computadas
- direito a realizar segunda chamada

desligamento

Quem pode aplicar:

- diretor-geral
- diretor de Ensino
- diretor de Pesquisa e Pós-Graduação
- diretores de Uneds
- chefes dos Departamentos de Ensino
- chefias das Gerências Acadêmicas, do DEMET e do DEPES
- servidor designado por uma dessas autoridades

Quem pode aplicar:

- diretor-geral



Reincidência na mesma infração pode resultar em sanção de maior grau, conforme decisão da autoridade competente.



Termo de Assunção de Responsabilidade (TAR)

Documento institucional alternativo ou complementar para solução de conflitos e redução de danos infracionais.

Acordo entre a instituição e o estudante que comete alguma infração com uma proposta de ação.

Qualquer penalidade poderá ser acrescida de um TAR.

RESPONSABILIZAÇÕES

O estudante poderá responder civil e penalmente pela irregularidade que cometer.

A responsabilidade civil decorre de ato de ação ou omissão, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao patrimônio da instituição ou de terceiros.

A responsabilidade penal é de competência de órgãos externos ao Cefet/RJ, mediante comunicação oficial da instituição.

No caso de aluno com menos 18 anos, os pais ou responsáveis serão responsabilizados, de acordo com legislação competente.

Processo Disciplinar

Instrumento para apurar responsabilidades do discente, nos casos passíveis de desligamento.





Consulte o Regulamento Disciplinar Discente na íntegra e saiba mais.